

Mercado de Trabalho: uma velha questão e novos dados

Antônio Virgílio P. Bastos*

*Professor adjunto do Departamento de Psicologia/UFBa. e coordenador da pesquisa "Tendências de emprego em Psicologia"/CFP.

Estudos sobre mercado de trabalho, no geral, são raros no Brasil. Estatísticas mais amplas e seguras sobre o mercado de trabalho, embora sejam 70 mil em exercício, representam uma parcela insignificante da população economicamente ativa (PEA) e não aparecem, enquanto categoria, nas estatísticas oficiais. Assim, dados abrangentes sobre a situação de emprego da categoria são escassos e inexistem pesquisas que acompanhem, ao longo do tempo, como se comportam as variáveis determinantes do emprego do psicólogo (forças que atuam na sua absorção ou não). Tais considerações levaram o CFP a planejar a realização, a cada três anos, por ocasião das eleições nos Conselhos Regionais, de um levantamento para caracterizar as condições de emprego do psicólogo no país. O primeiro levantamento ocorreu em 1989. São estes dados que estamos devolvendo à categoria, neste momento, e que funcionarão como um referencial nos próximos levantamentos. Só assim, poderemos acompanhar as transformações que ocorrem em nível do

trabalho prestado pela categoria e ter acesso a dados que apoiem as políticas a serem desenvolvidas pelos seus órgãos representativos, permitindo alguma forma de intervenção na realidade de mercado.

Como afirma Novaes (1970), a quantidade e qualidade dos empregos fornecidos pelo mercado de trabalho dependem da intensidade da atividade econômica e das tecnologias em uso. Embora seja comum pensar-se que o mercado, automaticamente, regula o volume de emprego e distribui os indivíduos de forma mais adequada, na realidade sua ação traduz decisões políticas, conscientes ou não. Tais decisões políticas, que integram quaisquer políticas econômicas, moldam o mercado de trabalho quando interferem em fatores que condicionam a intensidade da atividade econômica (por exemplo, disponibilidade financeira) e as tecnologias utilizadas. Vale assinalar que uma política de formação de mão-de-obra é um dos componentes de uma política econômica mais ampla e envolve a intervenção do estado na fixação de metas e alocação de recursos para o

desenvolvimento de pessoal qualificado em áreas julgadas necessárias.

No caso do Brasil, como assinalam Chahad e Luque (1984), mesmo no período de intenso crescimento econômico, "a taxa de absorção da mão-de-obra era substancialmente menor e insuficiente para absorver o crescimento de oferta de trabalho. Esta absorção, já naquela época, pressionava o mercado de trabalho gerando desemprego aberto, como também subemprego" (p. 25). Este quadro se agrava, sensivelmente, com as políticas de ajuste econômico implementadas ao longo dos anos 80 e que buscaram, seguindo orientação do Fundo Monetário Internacional, combater a inflação crescente através da recessão. O mercado de trabalho é o lugar para onde convergem todas as conseqüências da adoção da recessão como mecanismo de combate aos problemas econômicos vividos pelo país. É ainda Chahad e Luque que, baseados na experiência recessiva do início dos anos 80, traçam um quadro do mercado de trabalho cuja característica básica foi aprofundada radicalmente pela atual política econômica governamental: "a adoção de políticas de estabilização tem se mostrado extremamente perversa com relação aos níveis de emprego. Estes têm caído continuamente desde o início da década (anos 80). Pode-se afirmar que o desemprego é generalizado no país tanto em termos setoriais quanto em regiões, principalmente urbanas. Praticamente todos os segmentos populacionais estão atingidos, sendo colocados no desemprego até mesmo pessoal de alto nível de qualificação". (p. 25).

A análise de mercado de trabalho centra-se, normalmente, em duas dimensões básicas: a quantidade de emprego e o valor (remuneração), segundo Novaes (170), fatores que analisaremos adiante. Todavia, a diversidade de atuação do psicólogo (autônomo x assalariado, atuando em segmentos diversos do mercado - indústria, comércio, setor público e privado - e prestando serviços diversificados) tornam mais complexa a tarefa de exame da situação de mercado de trabalho. Assim, além dos dois fatores classicamente analisados, incluímos no presente trabalho, uma terceira dimensão de análise: a modalidade do trabalho em si que é prestado pelo profissional.

Neste artigo, a análise da situação do psicólogo no mercado de trabalho será relacionada com a sua formação acadêmica. Mais especificamente, discutiremos em que medida psicólogos que se formaram em instituições diferentes

(particulares, públicas e confessionais) se posicionam diferentemente no mercado, nas três dimensões acima assinaladas. Tal questão nos parece relevante por duas razões: primeira, pela inexistência de uma avaliação dessa natureza, apoiada em dados nacionais; segundo, pela expectativa teórica de que egressos dessas distintas instituições formadoras poderiam refletir, no seu trabalho, as condições e políticas diversas que as caracterizam.

Duas informações preliminares nos parecem importantes para contextualizar os dados que apresentaremos adiante.

Primeiro, trabalhamos com uma amostra de 1424 profissionais, distribuídos por 21 unidades da Federação, residentes nas capitais estaduais (77,9%) e em cidades do interior, sendo 85,7% do sexo feminino, com idades variando entre 22 e 65 anos (média de 33,6 anos) e um tempo médio de graduado de 7,51 anos.

Segundo, obtivemos dados de psicólogos egressos de praticamente todas as instituições formadoras no país. Essas instituições foram agrupadas em quatro categorias conforme a natureza do seu

Tabela 01 - Inserção no mercado de trabalho de Psicologia por natureza da instituição formadora.					
Inserção	Total	I. Públicas			
		Federal	Estadual	Confessionais	Particulares
Trabalha atualmente em Psicologia	84.5	85.7	87.4	87.0	82.2
Não trabalha em Psicologia, mas já trabalhou	9.2	9.9	9.7	8.3	9.1
Nunca trabalhou em Psicologia	6.3	4.4	2.9	4.7	8.8
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Nº de casos	(1421)*	(207)	(91)	(408)	(662)

* inclui os casos em que a instituição de formação não foi indicada

regime jurídico. A seguir apresentamos essas categorias discriminando-se as instituições que tiveram maior participação quantitativa na composição dos grupos: instituições públicas estaduais (91 casos, provenientes, sobretudo da USP, FFCL de Assis-SP, Universidade Estadual de Londrina, USP-Ribeirão Preto, Universidade Estadual de Maringá); instituições públicas federais (207 casos oriundos principalmente das Universidades Federais da Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Minas Gerais, Paraná, Ceará, Pará, Uberlândia/MG e da Universidade de Brasília); instituições confessionais (408 casos provenientes sobretudo da Católica de Goiás, PUC-RS, PUC-SP, Católica do Paraná, Católica de Pernambuco, Metodista-SP, Católica-MG, PUC-Campinas); instituições particulares (662 casos, oriundos principalmente do CEUB-DF, São Marcos-SP, FMU-SP, FAFIRE-MG, Paulistana-SP, Tuiti-PR, Ojetivo-SP, Gama Filho-RJ).

I. A inserção no mercado de trabalho

Os primeiros dados referem-se à questão central numa análise deste tipo: o emprego e desemprego. Embora existam divergências quanto ao que se considera como desemprego (o IBGE não inclui nas suas estatísticas de desempregados aqueles que desistiram de procurar o emprego naquele momento da pesquisa; o DIEESE, pelo contrário, inclui esta parcela de "desencorajados" ao calcular os seus índices de desemprego), no levantamento realizado, partimos do pressuposto de que os profissionais que mantinham o seu vínculo com o Conselho - a população investigada - constituíam a força de trabalho efetiva, sendo isto um indicador do seu interesse em continuar sendo psicólogo, estivesse ou não em busca de emprego na área naquele momento da pesquisa. Fizemos, todavia, uma distinção entre aqueles que, não estando trabalhando em psicologia, já tinham ou não trabalhado em uma das suas áreas.

A tabela 1 apresenta estes dados discriminados por tipo de instituição formadora.

Como podemos observar, encontramos, mesmo entre os inscritos nos CRPs., um contingente de 15,5% de profissionais não exercendo a profissão para a qual se graduaram. Este percentual é ligeiramente maior entre os egressos de instituições particulares, aproximando-se de 18%. Este contingente (cujas projeções nos levam a falar de cerca de dez mil profissionais inscritos que não

Tipo de trabalhos	Total	I públicas		Confessionais	Particulares
		Federal	Estadual		
Trabalha apenas em psicologia	73.4	76.7	78.0	77.0	69.5
Trabalha em psicologia e fora	11.1	10.7	7.7	10.0	12.7
Trabalha apenas fora da psicologia	10.1	6.8	12.1	7.6	12.0
Não trabalha	5.4	5.8	2.2	5.4	5.8
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Nº de casos	(1421)*	(206)	(91)	(408)	(662)

* inclui os casos em que a instituição de formação não foi indicada

exercem, efetivamente, a psicologia no país) é bastante significativo, considerando-se tratar-se de uma profissão de nível superior que demandou um longo período de formação e investimentos dos indivíduos. Este constitui o nosso contingente de "desempregados", certamente superior aos índices de desemprego no país, quando se consideram as estatísticas oficiais.

Outro dado importante é o índice de quem, mesmo graduado, nunca chegou a trabalhar em psicologia (neste caso, ele é bem mais elevado entre os egressos das escolas particulares - chega a 8,8%, índice quase 100% superior aos observados entre os egressos das demais instituições. Possivelmente tais dados devem-se, principalmente, a fatores restritivos do mercado embora, em estudo anterior, tenhamos encontrado que o ingresso no curso de psi-

ciologia, em vários casos, não atende à uma busca de profissionalização. (Carvalho, Ulian, Bastos, Sodré, Cavalcante, 1988).

Mesmo aqueles que se encontram trabalhando no campo, muitas vezes combinam esse trabalho com outros fora da psicologia, o que é um indicador adicional das restrições do mercado. Os dados que podem ser vistos na tabela 2 revelam que, para um pouco mais de 1/4 da amostra, não existe uma dedicação exclusiva à profissão que escolheram, incluindo-se aí os que não trabalhavam ou o faziam fora do campo da psicologia.

Também neste caso podemos observar que, entre os profissionais egressos de escolas particulares, encontra-se um percentual mais baixo dos que atuam exclusivamente em psicologia e o maior percentual dos que não possuem qualquer

trabalho. Neste grupo, quase 1/4 dos psicólogos tem um trabalho fora da psicologia. O índice de desemprego "real" é, nesse grupo e naquele constituído por psicólogos egressos de escolas públicas federais, mais do que o dobro do observado entre os egressos de universidades públicas estaduais. As implicações destes dados são grandes quando constatamos que é o segmento privado o que gradua maior número de psicólogos no país.

A manutenção de um trabalho fora pode ser vista, certamente, como um indicador claro de inserção precária no mercado de psicologia; os rendimentos do trabalho como psicólogo são julga-

dos, provavelmente, insuficientes para manter o profissional totalmente dedicado à profissão que escolheu. O exame da natureza deste trabalho fora, que veremos adiante, nos dará a oportunidade de verificar em que nível ele pode ser tomado como um indicador da fragilidade do mercado de trabalho, tanto por sua natureza propriamente dita, como pelos rendimentos que proporcionam ao profissional.

São sintomas de problemas de mercado, ainda, os seguintes dados: quase 20% dos psicólogos do sexo masculino combinam um emprego dentro com outro fora da psicologia (este percentual é o dobro do encontrado entre as mulheres);

o que se atribui à demanda social para o que homem ganhe mais e assuma maiores encargos na família, ainda presente em nossa sociedade de forma bem forte; contrariamente, é mais de duas vezes superior o percentual de mulheres sem qualquer trabalho, quando comparadas com os homens. Esses dados refletem uma característica marcante do mercado de trabalho, não só brasileiro - a sua clara segmentação por sexo (que veremos mais adiante quando analisarmos os rendimentos), presente mesmo quando analisamos uma "profissão predominantemente feminina".

Ainda nesta dimensão "quantitativa" do estudo do mercado, fazemos uma análise do número de trabalhos em psicologia executados, cujos dados encontram-se na tabela 3.

Parte significativa dos que só atuam na profissão mantém um só trabalho; entretanto, cerca de 1/3 deste contingente tem dois ou mais empregos. O que levaria um psicólogo a manter mais de um trabalho em psicologia? Embora não tenhamos respostas conclusiva a esta indagação, não podemos atribuir exclusivamente a dificuldades do mercado esta busca e manutenção de outros trabalhos em psicologia. Como discutimos em outra oportunidade (Bastos, 1989) existe um modelo de atuação profissional muito forte que confunde atuação psicológica com atividade clínica. A força deste modelo explica parcela significativa do movimento do psicólogo ao longo da sua carreira entre as áreas de atuação. A clínica exerce maior poder de atração, sendo o tipo de atividade mantida mais frequentemente em paralelo a trabalhos em outras áreas. Um indicador da atração exercida pela clínica, no presente estudo, pode ser observado nos seguintes dados: 50,4% dos trabalhos secundários são na área clínica (o psicólogo, mesmo atuando em outra área mantém um vínculo, embora precário em termos de carga horária e remuneração, com a atividade clínica); muitas vezes a atividade clínica foi colocada como o trabalho principal embora o trabalho secundário proporcionasse maior renda e absorvesse maior quantidade de tempo semanal.

Neste aspecto, os egressos de instituições públicas federais, quando comparados com os demais, apresentam maior número de empregos em psicologia (42,5% tem pelo menos dois trabalhos em psicologia; quando a média geral fica em torno de 32%).

Antes de passarmos à análise da dimensão remuneração/rendimentos, óremos ser importante caracterizar o emprego fora da psicologia mantidos por 302 psicólogos da amostra estudada.

Tabela 03 - Número de trabalhos no campo de Psicologia por instituição de formação

Número de trabalhos	Total	I. Públicas		Confessionais	Particulares
		Federal	Estadual		
Trabalha só em psicologia					
apenas 1 trabalho	67.5	57.6	67.6	66.2	71.3
dois trabalhos	28.0	36.1	29.6	28.0	25.0
três ou mais trabalhos	4.5	6.4	2.8	5.8	3.7
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Nº de casos	(1041)*	(158)	(71)	(311)	(456)
Trabalha em psicologia e fora					
um trabalho	78.7	85.7	**	72.5	78.3
dois trabalhos	21.3	14.3	**	27.5	21.7
Total	100.0	100.0	**	100.0	100.0
Nº de casos	(155)*	(21)	(07)	(40)	(83)

* inclui os casos em que a instituição de formação não foi indicada

** n < 20

Locais	%	Atividades	%
Empresa	30.4	Técnico-burocráticas administrativas	40.2 14.2
Escola	16.6	secretaria/recepção supervisão	7.1 6.1
Órgão Adm. Pública	12.1	bancário escriturário	6.0 3.7
Banco	11.5	outras Ensino-técnicas	3.1 19.9
Residência	9.1	docência outras	12.4 7.5
Hospital/C.Saúde	3.7	Proprietários comerciante	15.3 8.5
Inst. Ensino Superior	3.7	empresário fazendeiro Funções nível superior	6.1 .7 14.6
Órgãos assistenciais	3.0	Assessoria/gerência técnicos	8.1 6.5
INAMPS	2.4	Funções sem qualificação formal Funções ligadas à arte	5.3 4.6
SESC/SENAC	1.4		
Centro Pol. Militar	1.0		
outros	5.1		
Total	100.0	Total	100.00

Daremos uma atenção especial a essas informações por se tratar do primeiro estudo de âmbito nacional que levanta este tipo de dado.

A **tabela 4** apresenta a distribuição de psicólogos por local de trabalho e tipo de atividade desenvolvida.

Aproximadamente 2/3 deste grupo trabalha em empresas, escolas, órgãos públicos e bancos. Há uma grande variedade de atividades desenvolvidas por este grupo de psicólogos. Nesta diversidade (que vai do trabalho de doceira à assessoria parlamentar, de transcrição de fitas a exercício de mandato como vereador) podemos distinguir seis grupos de atividades ocupacionais: o mais frequente (40,2%) envolve atividades técnico-burocráticas que demandam formação de até segundo grau, exemplo de ocupações como secretária, recepcionista, serviços bancários, serviços administrativos em geral. O segundo grupo (19,9%) inclui as atividades de ensino tais como alfabetização, ensino no primeiro grau, além de outras

ocupações técnicas a exemplo de auxiliar de enfermagem, instrumentação cirúrgica, técnico em computação. O terceiro grupo (15,3%) é constituído por psicólogos que possuem o seu próprio "negócio", sendo proprietários de empresas, lojas e fazendas. O quarto grupo (14,6%) inclui atividades que requerem o nível superior, sendo exercidas por aqueles que buscaram a psicologia após terem se graduado em outras áreas, tais como, enfermeira, sanitarista, médico, advogado, pedagogo. O quinto grupo (5,3%) envolve atividades que não demandam uma qualificação formal e sim o domínio de alguma habilidade específica a exemplo de vendedor/balconista, costureira, doceira, marceneiro. O último grupo (4,6%) inclui atividades ligadas à arte tais como, ator, músico, fotografia, pintura, artesanato/decoração.

A distribuição destes psicólogos por instituição formadora e a remuneração média que auferem destas atividades podem ser vistas na **tabela 5**.

Atividades fora	Total	I.Públicas* (Feder. Estad.)	Confessionais	Particulares
Técnico-burocráticas	40.2	39.6	35.9	43.3
Ensino e técnicas	19.9	29.2	18.8	18.5
Proprietários	15.3	10.4	20.3	15.3
Funções nível superior	14.6	10.4	17.2	12.7
Funções "sem qualificação formal"	5.3	6.2	3.1	5.7
Funções ligadas à arte	4.6	4.2	4.7	4.5
Total	100.0	100.0	100.0	100.0
Nº de casos	(281)**	(48)	(64)	(157)

* foram agregadas instituições estaduais e federais pelo reduzido número de casos da primeira.

** inclui casos em que a instituição de formação não foi indicada.

O predomínio de atividades administrativo-burocráticas mantém-se entre egressos de todos os grupos de instituições. A seguir, aparecem os psicólogos que exercem atividades de ensino ou outras funções técnicas de segundo grau, cujo percentual é bem mais elevado entre os egressos das instituições públicas (aqui englobando federais e estaduais). Encontram-se, entre os egressos das instituições confessionais, os maiores índices de psicólogos que se mantêm atuando em outras profissões de nível superior e que são proprietários. Quando comparamos as diversas regiões do país, dado que não aparece em tabela, poucas diferenças merecem destaque; entre elas a de que no Sul e em seguida no Nordeste, encontram-se percentuais um pouco mais elevados dos que desenvolvem atividades que não exigem escolaridade formal (grupo 5), enquanto no Sudeste há a maior concentração daqueles que se dedicam paralelamente a atividades artísticas.

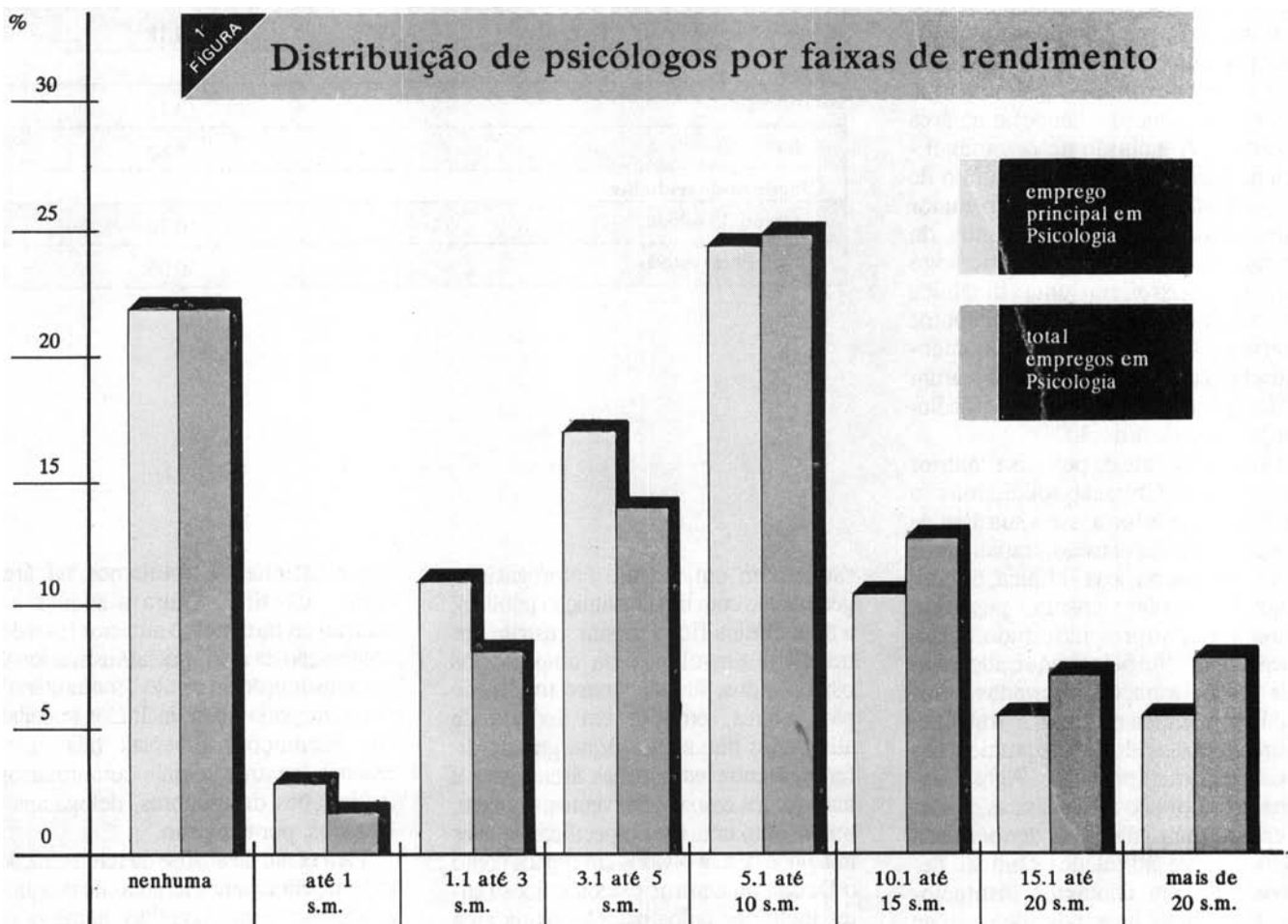
Quanto à remuneração, os rendimentos médios por grupos de atividades revelam uma realidade esperada: as atividades ligadas à arte e ao ensino apresentam os rendimentos mais baixos, inclusive em relação àqueles obtidos

pelas “atividades sem qualificação formal”. Em oposição, a média de rendimentos é três vezes maior entre os que exercem outra atividade de nível superior e quase cinco vezes entre as atividades empresariais. Estas diferenças explicam, certamente, porque apenas 15% dos “empresários” e 28,9% dos que exercem outra profissão de nível superior querem deixar esta atividade, percentual que cresce para 65,5% entre os que desempenham ocupações técnico-burocráticas. Outro dado interessante é que 50% dos que mantêm “atividades não qualificadas” pretendem persistir nelas.

II. A remuneração

Informações iniciais sobre o valor dos rendimentos obtidos pelos psicólogos em seus trabalhos no campo da psicologia podem ser vistas na distribuição de profissionais por faixas de rendimentos, constante da figura 1.

O contingente de 22,4% de psicólogos sem rendimentos inclui os desempregados e aqueles que só trabalham fora da psicologia e representa parcela expressiva da categoria. Nas demais faixas, como se percebe e é esperado, a distribuição dos rendimentos do emprego principal (ou único) mostra-se mais deslocada para o extremo nega-



tivo do que a distribuição dos rendimentos totais em psicologia. Neste caso, a faixa de 5 a 10 salários mínimos (s.m.) é a que absorve maior número de psicólogos, vindo, a seguir, as faixas imediatamente próximas. Na realidade, o que mais chama a nossa atenção é o contingente de profissionais que recebem até 3 s.m. (chega a aproximadamente 10%, mesmo agregando-se os trabalhos secundários em psicologia), revelando ser significativo o que poderíamos chamar de subemprego na profissão. Tal dado, explica, certamente, o fato de expressivo número de psicólogos manterem uma atividade fora da profissão. Vale lembrar que nesta faixa salarial situa-se a grande massa de trabalhadores brasileiros que não apresenta qualificação formal, revelando a precariedade da inserção de parcela importante dos psicólogos. Quando sabemos que este quadro não se restringe à psicologia, estendendo-se a outras profissões de nível superior, algumas até mais tradicionais, temos a visão clara da desordem que reina no mercado de trabalho brasileiro, onde níveis educacionais elevados não se traduzem, necessariamente, em melhores postos e remuneração para quem os possui.

Para uma compreensão mais rigorosa do quadro de rendimentos, esses dados foram trabalhados considerando-se tanto a instituição formadora quanto a área de atuação. Existe claramente no país, uma profunda segmentação do mercado entre as profissões que atuam na área social (educação, saúde) e na área produtiva. A inclusão desta variável - área de atuação - prende-se ao fato de ela permitir visualizar, com maior clareza, os múltiplos segmentos do mercado em que se insere o psicólogo que, por possuírem uma dinâmica própria, condicionam os rendimentos auferidos. Assim, cabe, neste momento, esclarecer os critérios que nortearam a classificação dos trabalhos dos psicólogos por área de atuação.

Diferentemente da pesquisa anterior realizada pelo CFP, não solicitamos ao psicólogo que informasse a sua área de atuação; naquela ocasião, trabalhamos com seis áreas básicas - clínica, organizacional, escolar, ensino, pesquisa, comunitária. No presente estudo, a classificação foi feita pelo pesquisador com base em informações prestadas pelos psicólogos acerca do local de trabalho, natureza do vínculo empregatício e nas atividades desempenhadas. Agora, trabalhamos com oito áreas básicas, tendo-se criado uma categoria denominada "saúde" (para atividades clínicas desenvolvidas em contextos institucionais tais como hospitais, centros de

Tabela 06 - Rendimento médio obtido no trabalho principal (ou único) por área de atuação e instituição de formação, em salários mínimos.

Áreas	Total	I. Públicas		Confessionais	Particulares
		Federal	Estadual		
Clínica (n= 438)	9.93	8.52	14.02	12.29	8.30
Organizacional (n=289)	12.87	9.60	14.18	16.70	11.03
Escolar (n= 95)	5.15	6.56	5.70	5.25	4.50
Social (n= 94)	5.17	5.71	6.19	5.27	4.96
Ensino (n= 80)	11.03	9.22	19.31	13.91	6.70
Saúde (n= 87)	4.66	3.44	6.31	5.30	4.13
Média	8.97	7.90	12.37	11.46	7.76
Nº de casos	(1070)	(159)	(75)	(321)	(515)

Tabela 07 - Média de rendimento considerando todos os trabalhos em psicologia por instituição de formação, sexo e local de residência/trabalho.

Instituições formadoras	rendimento médio (em salários mínimos)
pública federal	9.66
pública estadual	13.52
confessional	11.96
particulares	9.18
Sexo	
masculino	13.17
feminino	9.62
Cidade onde trabalha	
capital do estado	10.16
interior do estado	10.06

saúde com um vínculo empregatício, geralmente com uma instituição pública); a área clínica ficou, assim, restrita aos trabalhos em clínica ou consultórios psicológicos, na sua quase totalidade particulares, embora em termos de atividades não se verifique grande diferença entre essas duas áreas para a maioria dos casos. Resolvemos, também, tratar como uma área específica, aqueles trabalhos desenvolvidos em órgãos como o Detran ou centros psicotécnicos (antes incluídos pelos psicólogos na área

organizacional) e rotulamos tal área como "trânsito". Outra mudança em relação ao tratamento anterior foi a denominação da área "social/institucional" em substituição ao rótulo "comunitária"; nesta categoria foram incluídos trabalhos em instituições diversas tais como creches, centros sociais-comunitários, instituições de menores, delegacias e juizados, por exemplo.

Para efeito de análise da remuneração, todavia, eliminamos as áreas de pesquisa e trânsito pelo reduzido número de

Tabela 08 - Rendimento médio, em salários mínimos, dos trabalhos dentro e fora da Psicologia, por área de atuação.

Área de emprego em Psicologia	Rendimento em Psicologia	Rendimento fora da Psicologia
Clínica	5.51	7.76
Organizacional	6.62	5.26
Escolar	4.59	5.38
Social	3.67	10.18
Ensino	4.36	9.53
Saúde	4.01	3.72

sujeitos, ficando com as seis áreas que absorvem quantidades mais expressivas de profissionais. Os resultados, vistos na tabela 6, revelam diferenças significativas tanto por áreas quanto por instituição formadora, quando comparamos os rendimentos do emprego principal ou único.

Quanto às instituições formadoras, os egressos das instituições públicas estaduais apresentam maior remuneração média (12,37 s.m.), próxima àquela obtida pelos que se graduaram em instituições confessionais (11,46 s.m.). Esses dois grupos se distanciam bastante dos dois outros: egressos de escolas particulares (7,76 s.m.) e instituições públicas federais (7,90 s.m.). Quanto às áreas, em sintonia com dados de pesquisas anteriores (Pasquali, 1988), a área organizacional apresenta os maiores rendimentos médios, independente de instituição de graduação (12,87 s.m. na média, chegando a 16,7 s.m. entre os egressos de instituições confessionais). Em segundo lugar vem a área de ensino cuja média de 11,03 s.m. é fortemente condicionada pelos rendimentos auferidos pelos que atuam nesta área provenientes de instituições públicas estaduais e confessionais, na sua maioria

professores universitários. A terceira área, a clínica, com média de 9,93 s.m., também apresenta rendimentos médios superiores entre os egressos das instituições públicas estaduais e confessionais. As três áreas restantes apresentam médias de remuneração bem inferiores, em torno de cinco salários mínimos, sendo o grupo que atua na área de saúde, especialmente se egressos de escolas particulares e públicas federais, o que obtém pior remuneração (respectivamente 4 e 3 salários mínimos, em média).

Quando analisamos o rendimento total em psicologia (somando-se as remunerações do trabalho principal e a dos secundários para quem os possuía), as tendências não se alteram quanto a instituição de origem, como podemos ver na tabela 7.

A média de rendimentos cresce para 10,41 s.m. e a ordem entre instituições permanece a mesma já comentada. Outros dados importantes na tabela 7 referem-se ao rendimento médio por sexo e cidade em que trabalha. Não foram encontradas diferenças significativas entre quem atua nas capitais e no interior (remuneração média em torno de 10 s.m.) enquanto a diferença por

sexo é bastante acentuada (os homens com médias de 13,7 s.m. e as mulheres com 9,62). A segmentação do mercado por sexo, já observada em relação aos aspectos quantitativos também aparece na dimensão qualitativa (remuneração).

Os dados seguintes referem-se ao grupo de psicólogos que possuem, além de trabalho(s) em psicologia algum trabalho fora. Como vemos na tabela 8, as médias de remuneração em psicologia são bem mais baixas, em todas as áreas, do que as que observamos na tabela 6 quando temos as médias de todos os profissionais. Verificamos também que, à exceção das áreas organizacional e saúde, os trabalhos fora apresentam remuneração média bem superior. Isso ocorre, especialmente, entre os que trabalhavam em ensino e saúde.

A manutenção de um trabalho fora da psicologia, como hipotetizamos anteriormente, prende-se, claramente, à insuficiência dos rendimentos do trabalho como psicólogo sugerindo, novamente, a fragilidade ou restrição de seu mercado de trabalho.

Ainda referente a este grupo de psicólogos, percebemos também que o salário fora da psicologia, na média geral, representa 3,18 vezes o que aufer

Tabela 09 - Desejo de abandonar o emprego fora da Psicologia por tipo de inserção no mercado e instituição de formação (% de SIM).

Inserção	Total	I. Públicas		Confessionais	Particulares
		Feder.	Estad.		
amostra total	46.6	35.3	64.7	50.0	46.6
só trabalha fora da Psicologia	54.9	42.9	72.7	63.3	52.6
trabalha dentro e fora da Psicologia	34.2	23.8	42.9	32.5	38.6

QUADRO 01 - CARACTERÍSTICAS DOMINANTES DO TIPO DE SERVIÇO PRESTADO PELOS PSICÓLOGOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO E INSTITUIÇÃO DE FORMAÇÃO

		LOCAL DE TRABALHO	NATUREZA DA INSTITUIÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	ATIVIDADES	CLIENTELA
CLÍNICA	A	CONSULTÓRIOS (86,7%)	PARTICULAR (86,1%)	25,3	PSICOTERAPIA (58,0%) LUDOTERAPIA (4,0%) PSICODIAGNÓSTICO (4,0%) PSICOT. DE GRUPO (4,0%)	ADULTO - CLASSE MÉDIA (24,4%)
	B	CONSULTÓRIOS (86,6%)	PARTICULAR (85,1%)	28,4	PSICOTERAPIA (65,7%) SUPERVISÃO (6,0%) PSICODIAGNÓSTICO (4,3%)	ADULTO - CLASSE MÉDIA (22,9%)
	C	CONSULTÓRIOS (88,0%)	PARTICULAR (91,6%)	25,2	PSICOTERAPIA (65,4%) SUPERVISÃO (10,3%) GRUPO ESTUDO (5,6%) PSICODIAGNÓSTICO (3,8%)	ADULTO - CLASSE MÉDIA (26,2%)
ORGANIZACIONAL	A	EMPRESAS (86,2%)	PRIVADA (76,0%)	37,0	SELEÇÃO PESSOAL (32,9%) RECRUTAMENTO (17,7%) TREINAMENTO (15,2%) D.R.H. (10,1%)	ADULTO - CLASSE MÉDIA (31,0%)
	B	EMPRESAS (72,8%) CONSULTÓRIOS (9,8%)	PRIVADA (60,5%)	37,9	SELEÇÃO PESSOAL (36,6%) TREINAMENTO (22,0%) RECRUTAMENTO (11,0%)	ADULTO - CLASSE BAIXA (27,5%) E MÉDIA (26,3%)
	C	EMPRESAS (80,7%)	PRIVADA (72,1%)	38,3	SELEÇÃO PESSOAL (35,5%) TREINAMENTO (14,9%) D.R.H. (9,2%) RECRUTAMENTO (9,2%)	ADULTO - CLASSE MÉDIA (25,5%)
ESCOLAR	A	ESCOLAS (72%) ESCOLAS ESPECIAIS (12%)	PARTICULAR (50,0%)	28,1	ORIENTAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA (18,2%) ORIENTAÇÃO PAIS (12,1%) ACONSELHAM. PSICOL. (12,1%)	CRIANÇA - CLASSE BAIXA (16,0%) E MÉDIA (16,0%)
	B	ESCOLAS (85,7%)	PARTICULAR (71,5%)	32,4	ORIENTAÇÃO PAIS (13,0%) ORIENTAÇÃO A PROFESSORES (8,7%)	ADULTO - CL. MÉDIA (14,3%) / CRIANÇA CL. MÉDIA-ALTA (14,3%)
	C	ESCOLA (60,9%) ESC. ESPECIAL (17,4%) SEC. EDUCAÇÃO (13,0%)	PÚBLICA (56,6%)	31,7	PSICODIAGNÓSTICO (20,9%) PSICOMOTRICIDADE (9,3%) ORIENTAÇÃO A PAIS (7,0%)	CRIANÇA - CLASSE BAIXA (37%)
SOCIAL	A	ÓRGÃO JUDICIÁRIO (23,8%) ÓRGÃOS P/ MENOR (23,8%) CENTROS SOCIAIS (19,0%)	PÚBLICA (100%)	32,2	PSICODIAGNÓSTICO (14,3%) ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO (14,3%) APOIO PSICOLÓGICO (9,5%)	ADULTO/JOVEM/CRIANÇA - CLASSE BAIXA (69,3%)
	B	CRECHES (36,8%) ÓRGÃOS P/ MENOR (10,5%)	PÚBLICA (84,2%)	39,6	ATIV. TÉCNICA planej./projetos (20,0%) LUDOTERAPIA (13,3%)	CRIANÇA - CLASSE BAIXA (31,6%)
	C	CRECHES (22,4%) ÓRGÃOS P/MENOR (12,2%) ÓRGÃO ADM. PÚBLICA (14,3%)	PÚBLICA (80,9%)	30,4	PSICOTERAPIA (9,8%) PSICODIAGNÓSTICO (7,8%) ACOMPANHAMENTO DE MENORES (5,9%)	CRIANÇA - CLASSE BAIXA (34,7%)
ENSINO	A	UNIVERSIDADE (80%)	PÚBLICA (73,3%)	32,3	AULAS (62,2%) PESQUISA (16,2%) AULA 2ª GRAU (5,4%) SUPERVISÃO (5,4%)	JOVEM - CLASSE MÉDIA (23,3%)
	B	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	PARTICULAR (55,0%)	29,1	AULAS (60,7%) SUPERVISÃO (18,7%)	JOVEM - CLASSE MÉDIA (30,0%)
	C	UNIVERSIDADE (60,7%)	PÚBLICA (89,3%)	28,5	AULAS (58,8%) SUPERVISÃO (11,8%)	ADULTO - CLASSE MÉDIA (35,7%)
SAÚDE	A	HOSPITAL (53,3%)	PÚBLICA (80,1%)	29,4	PSICOTERAPIA (38,5%) APOIO / ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO (15,4%)	CRIANÇA - CLASSE BAIXA (40,0%)
	B	CENTROS DE SAÚDE (43,3%) HOSPITAL (40%)	PÚBLICA (86,7%)	31,8	PSICOTERAPIA (26,5%) ATENDIMENTO/ENTREVISTAS (9,4%)	ADULTO - CLASSE BAIXA (36,0%)
	C	HOSPITAL (68,4%) CENTRO DE SAÚDE (15,8%)	PÚBLICO (76,3%)	30,3	PSICOTERAPIA (34,4%) ORIENTAÇÃO/ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO (15,6%) ATENDIMENTO/ENTREV. (12,5%)	ADULTO - CLASSE BAIXA (21,1%)

A satisfação com tais condições pode ser inferida a partir dos dados sobre o desejo de deixar o emprego fora, dedicando-se exclusivamente à psicologia, dados que podemos ver na **tabela 9**.

É ligeiramente superior à metade, o contingente dos que não pretendem deixar esta fonte adicional de remuneração fora da psicologia; ele chega a quase 2/3 daqueles que têm emprego dentro e fora da psicologia, sendo mais reduzido entre os que só trabalham fora da psicologia. Novamente, aqui, o pessoal egresso das instituições federais apresentam os menores índices de desejo de mudança (23,8% entre os que atuam dentro e fora e 42,9% entre os que só trabalham fora) revelando uma descrença quanto a conseguirem uma inserção enquanto psicólogos suficientes para atendimento às suas necessidades ou, por outro lado, uma satisfação profissional com a atividade que desenvolvem fora da psicologia. Considerando-se a natureza predominante destas atividades, como vimos, podemos inferir que tais dados revelam um vínculo precário com a profissão, produto de uma formação deficiente aliada às condições de mercado difíceis. É interessante observar que o grupo egresso de instituições públicas estaduais apresenta um perfil bastante diferenciado, mesmo entre aqueles que mantêm um emprego fora da psicologia - o índice de intenção de deixar tal trabalho é elevado, sobretudo entre os que só trabalham fora da psicologia.

III. A natureza do serviço prestado

O presente estudo, embora lidando com uma amostra menor de profissionais, traça um perfil do tipo de serviço prestado pelo psicólogo muito similar ao conseguido na pesquisa anterior, realizada pelo Conselho Federal. Portanto, não nos deteremos demasiadamente neste item; na realidade, apresentamos a seguir um quadro que sintetiza as tendências dominantes do tipo de trabalho por instituição formadora, análise que também não empreendemos na pesquisa anterior. Vejamos, assim, as informações constantes no **quadro 1**.

Tomando-se cada área de atuação, discriminamos no quadro 1 dados dos grupos egressos das instituições públicas (federais e estaduais), confessionais e particulares quanto ao local de trabalho, natureza da instituição, carga horária média semanal, principais atividades desenvolvidas e clientela mais freqüentemente atendida.

A área clínica, independente da instituição formadora de origem, caracteriza-se pela atuação em consultórios particulares, como trabalhos de tempo parcial onde a psicoterapia é a atividade largamente dominante, predominando o atendimento a pessoas adultas de classe média. O trabalho na área organizacional ocorre basicamente em empresas privadas, como um trabalho de tempo integral, onde seleção, recrutamento e treinamento de pessoal são as atividades mais freqüentes. A área de ensino é integrada basicamente por professores universitários de instituições de ensino públicas (entre os egressos das instituições confessionais predominam escolas privadas) desenvolvendo, sobretudo, atividades de ensino e supervisão (apenas entre os egressos de instituições públicas e que atuam no setor público, a pesquisa aparece como uma atividade freqüente). A área educacional envolve o trabalho em escolas, predominantemente particulares (apenas entre os egressos das instituições particulares, o trabalho em escolas públicas superou o de escolas privadas) e caracteriza-se pelo atendimento a crianças (quando a atividade principal é psicodiagnóstico ou orientação psicopedagógica) ou a adultos (no caso de orientação a pais). Na área social há maior diversidade de locais de trabalho, predominando creches (públicas e particulares) entre os egressos de instituições particulares e confessionais e órgãos do poder judiciário entre os egressos de instituições públi-

com o exercício da profissão; esta média é superior entre os egressos de escolas públicas federais (3,81) e particulares (3,61), sendo mais reduzido entre os que se graduaram em instituições públicas estaduais (,65). O peso do salário fora é também superior entre as mulheres (3,52) do que entre os homens (2,26).

Tais dados, quando agregados àqueles referentes ao índice de emprego/desemprego, nos mostram alguns segmentos da categoria razoavelmente diferenciados: os egressos de escolas particulares e públicas federais apresentam maior dificuldade de inserção no mercado e, quando inseridos, os trabalhos são mais precários em termos de remuneração, o que os leva a buscar ou manter, em maior proporção, empregos fora da psicologia. As mulheres quando comparadas com o reduzido grupo de homens (13,9%) que integra a categoria, também apresentam condições mais precárias de inserção. Aqui é importante retomar o dado de que a composição do grupo de egressos de instituições públicas federais ficou fortemente influenciada por profissionais do CRP-02 e CRP-03, podendo esta realidade descrita refletir, adicionalmente, as dificuldades de inserção do psicólogo na região Nordeste. Neste particular, este grupo se distancia daquele de egressos de escolas públicas estaduais, na sua maioria oriundos de instituições paulistas e paranaenses. Este grupo apresenta, também, os maiores percentuais de psicólogos com cursos de pós-graduação strictu-senso, outro fator que pode explicar a sua média de rendimentos mais elevada. Os egressos de instituições particulares, apesar de apresentarem os maiores percentuais de cursos de especialização e formação terapêutica mostram uma média de rendimento bem mais baixa.

cas. Associada à diversidade de local existe, também, maior diversidade de atividades que, muitas vezes, não se distinguem da atividade clínica (psicodiagnósticos, psicoterapia, aconselhamento psicológico). Finalmente, a área de saúde caracteriza-se pela inserção em hospitais ou centros de saúde da rede pública, o atendimento a indivíduos de nível sócio-econômico baixo, mas com atividades mais frequentes que não se distinguem da atividade clínica tradicional.

O que mais impressiona neste quadro é que o modelo de atuação revela-se basicamente o mesmo, independente do tipo de instituição em que o psicólogo se graduou. Ou seja, o mercado de trabalho, agora visto sob o prisma do tipo de trabalho oferecido à sociedade, revela-se bastante homogêneo, indicando que as instituições formadoras têm atuado como reprodutoras de um modelo básico de atuação que consiste no desempenho de tarefas tradicionalmente confiadas aos psicólogos, nos seus diversos ambientes de trabalho. As discussões e mudanças que têm sido implementadas em diversas instituições de ensino, ainda não geraram mudanças significativas no padrão de serviços prestados pelo psicólogo.

IV. Algumas reflexões finais sobre os dados

É complexa a tarefa de se fazer uma avaliação do quadro apresentado anteriormente, sobretudo no que se refere às dimensões clássicas de análise do mercado de trabalho (índice de emprego e remuneração) por vários motivos. Primeiro, a diversidade de modalidades de inserção profissional do psicólogo - ora como autônomo, ora como empregado; ora como empregado de setores mais dinâmicos da economia, ora como funcionário público atuando na área social, aí incluindo-se as atividades de ensino e pesquisa. São segmentos de mercado muito diferenciados cujas políticas de emprego e remuneração possuem características e determinantes específicos. Segundo, pela ausência de parâmetros externos, por exemplo, dados de outras categorias similares, com base nos quais pudéssemos fazer um julgamento mais realístico dos dados disponíveis, não calcado, apenas, nas nossas expectativas e desejos.

Tais dificuldades não nos impedem, todavia, de constatar, com certa facilidade, a existência de distorções e problemas com a inserção do psicólogo no mercado. Independente de parâmetros

externos de julgamento, considerando-se exclusivamente o fato de lidarmos com uma profissão de nível superior que demanda pelo menos cinco anos de formação, é preocupante o índice dos que sequer ingressam no mercado de psicologia ou o fazem de forma extremamente precária, através de subempregos que o obrigam a manter outras atividades remuneradas. Talvez este não seja um problema específico da psicologia já que reina no Brasil, uma desordem absoluta em termos de remuneração da força de trabalho, com desequilíbrios gritantes tanto em nível regional quanto em relação ao valor da remuneração como função da qualificação do profissional. São distorções históricas que têm se acentuado absurdamente nos últimos anos em função da política econômica que tem sob controle, apenas, os salários.

Na realidade, existem forças extrínsecas e intrínsecas à profissão determinando o quadro que descrevemos anteriormente.

A política recessiva, de forte contenção do poder aquisitivo dos salários, afeta diretamente a condição do psicólogo enquanto assalariado, mesmo quando isso ocorre em setores produtivos, como é o caso do psicólogo organizacional. Aí temos a situação em que o psicólogo mais se aproxima do con-

ceito de empregado, com trabalhos de tempo integral, embora se insira nas empresas em uma das subáreas menos valorizadas e mais sensível à crise econômica - o setor de recursos humanos. Este impacto é sem dúvida maior, quando se trabalha nas áreas sociais, normalmente no serviço público que tradicionalmente adota uma política de remunerar indignamente seus servidores (por descaso ou deliberadamente, numa política de afirmar a incompetência do estado e abrir espaços para o setor privado?). Neste segmento o quadro se torna agudo com a crise do estado - política e econômica - e a estagnação dos serviços públicos (apesar da crescente demanda de serviços pelo contingente pobre da população). A ampliação do mercado e das condições de remuneração dos psicólogos, como outros profissionais da área social, dependem da ampliação dos serviços públicos, ou seja, de o estado assumir, efetivamente, deliberações constitucionais que asseguram educação, saúde e assistência à população. Em síntese, as dificuldades da parcela assalariada se devem basicamente, à crise econômica estrutural, agravada profundamente nos anos 80, e ao estado não se responsabilizar, efetivamente, pela implantação de uma política social que amplie o acesso da parcela pobre da população a benefícios restri-

tos aos segmentos abastados.

A situação de crise econômica é um poderoso condicionante externo, também, para o segmento autônomo da categoria, ao pauperizar a classe média, reduzindo o seu poder de acesso aos serviços psicológicos. A crescente concentração de renda, a progressiva perda de poder aquisitivo dos salários (mesmo em setores econômicos modernos e mais imunes à recessão) diminui a clientela potencial do psicólogo. A adoção de políticas recessivas tem como conseqüências, não apenas o desemprego aberto e o engajamento em atividades de baixa produtividade, como afirmam Chahad e Luque (1984): "há uma acentuada queda do salário real, agravamento do perfil de distribuição de renda e deterioração das condições de vida da grande maioria da população. A redistribuição de salários tem comprimido a renda da classe média, com conseqüência sobre a demanda dos setores onde ela é, tradicionalmente, a principal cliente". (p. 23). Além da retomada do crescimento econômico, a longo prazo, a ampliação do acesso a serviços psicológicos depende da elevação do nível sócio-cultural da população, traduzida em uma maior preocupação com sua saúde psicológica.

Existe, ainda, um outro fator externo (de mercado) que não pode ser minimi-

zado ao se discutir as dificuldades enfrentadas pelos psicólogos. O grande contingente da categoria é feminino e existe uma diferenciação profunda do mercado quanto a sexo. Entre as mais importantes transformações da população economicamente ativa brasileira está a crescente participação feminina. Esta participação cresceu de 17,9% em 1960 para 34,8% em 1982, seguindo a trajetória dos países industrializados, embora ainda estejamos em níveis comparáveis aos da Europa em 1960. Todavia, as mulheres invadem o mercado de trabalho "por baixo", atuando em setores pouco privilegiados e mal pagos da economia (Pereira, 1984, p. 31). Um exemplo claro desta realidade podemos ver no caso da atividade de ensino que se tornou, basicamente, uma tarefa feminina; entretanto, enquanto as mulheres representavam, em 1980, 95,4% dos professores primários, esta proporção caiu para 77,6% entre os professores secundários e para 42,2% entre os universitários. A segmentação por sexo observa-se, inclusive, dentro da própria categoria de psicólogos, quando as mulheres apresentam níveis de desemprego maiores e de rendimentos bem inferiores ao do reduzido grupo de homens.

Diante de forças externas tão poderosas, tão socialmente enraizadas, que forças intrínsecas podem explicar parcela das dificuldades enfrentadas pelo profissional? A resposta, aqui, é certamente parcial e se apoia nas evidências dos dados apresentados anteriormente. O modelo de profissional colocado no mercado pelas instituições formadoras é além de bastante homogêneo, tradicional. O exame do tipo de inserção dos psicólogos deixa claro que as instituições formadoras não têm explorado todo o potencial de crescimento e ampliação dos serviços que este profissional pode prestar. Por outro lado, inexistente, face a esta característica, uma política definida de oferta de cursos e vagas. Centenas de psicólogos continuam sendo formados para prestar o mesmo tipo de serviço que caracteriza a sua atuação desde a regulamentação da profissão, num contexto sócio-econômico de crise que reduz drasticamente a demanda e oportunidades de emprego. Talvez, não tenhamos claro, sequer, que caminhos

alternativos devem ser percorridos, que atividades inovadoras devem ser desenvolvidas, enfim, que modelo novo de profissional deve ser oferecido à sociedade. Neste caso, estamos diante de um outro fator intrínseco que impõe limites: a incapacidade da categoria gerar esses modelos alternativos com o necessário impacto. A carência de profissionais dedicados à pesquisa, a formação acadêmica em larga medida dissociada da investigação, têm como conseqüências não só a precária qualidade dos serviços prestados (a adoção cega de técnicas que estão na moda, por exemplo), mas a não construção de modelos de atuação mais apropriados à população do seu país e às conjunturas de crise que parecem permanentes. Aqui, o círculo se fecha com o descaso do governo para com o ensino superior público onde, bem ou mal, é realizada a maior parte das pesquisas em psicologia no país. ●

Bibliografia

1. BASTOS, A.V.B. (1988) *Áreas de atuação: em questão o nosso modelo de profissional*. Em, CFP. *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon, Educ, Scientia et Labor. p. 163-193.

2. CHAHAD, ... LUQUE, ... (1984)

.....
3. CARVALHO, A.A., ULIAN, A.L.O., Bastos, A.V.B., Sodré, L.G.P. e Cavalcante, M.L.O.P. (1988). *A escolha da profissão: alguns valores implícitos nos motivos apontados pelos psicólogos*. Em, CFP. *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon, Educ, Scientia et Labor, p. 49-68.

4. NOVAES, P. (1970). *Educação e trabalho - o futuro dos recursos humanos*. Brasília: MEC.

5. PASQUALI, I. (1988) *Condições de trabalho do psicólogo*. Em, CFP. *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon, Educ, Scientia et Labor, p. 149-162.

6. PEREIRA, R.R. (ed) (1984). *A mulher e o trabalho. Retrato do Brasil - da monarquia ao estado militar*, vol. 3. São Paulo: Editora Política.